PROJETO BÁSICO

Nos termos da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, apresento o presente Projeto Básico para subsidiar os procedimentos administrativos visando à contratação do professor Fernando Velloso Filho, servidor do TRE-DF, por meio de inexigibilidade da licitação com fundamento no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993.

1. JUSTIFICATIVA

A contratação é necessária para capacitar o público alvo, quais sejam, os servidores que exercem funções comissionadas ou cargos em comissão de natureza gerencial ou com poderes de gestão e os membros do pleno e magistrados do interior na temática de enfrentamento aos assédios funcionais e discriminação.

2. OBJETIVO

O objetivo é conscientizar e sensibilizar magistrados e servidores acerca do tema, bem como apresentar atitudes práticas que podem ser adotadas no enfrentamentos aos assédios funcionais e discriminação.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

O palestrante fornecerá um curso online para os servidores com carga horária de 4 horas/aula na modalidade online com transmissão ao vivo, tendo os alunos 30 dias para assistir as aulas que ficarão gravadas para acesso em nossa plataforma Moodle.

Haverá uma palestra com duração máxima de 1 hora para os membros do pleno e magistrados do interior do estado.

4. DA HABILITAÇÃO

A presente contratação do palestrante, pessoa física, será feita na modalidade instrutoria interna.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO

Os acessos serão liberados na plataforma ZOOM, em data e horários a serem combinados entre o palestrante e o TRE-MT, sendo o link divulgado com a antecedência necessária.

7. DA VIGÊNCIA

A vigência desta contratação será de 09 a 23 de agosto de 2022.

8. DAS OBRIGAÇÕES DESTE REGIONAL

É obrigação deste Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso convocar todos os participantes, efetuar o controle de presença e posterior emissão dos certificados de participação.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas estarão inseridas na conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, Elemento de Despesa 339036 do Programa de Trabalho – Capacitação.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será feito em até trinta dias após o término do curso.

10.2. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º, da Lei nº 8.666/1993.